

APOSTILAS EPIGRÁFICAS – 8

EPIGRAPHICAL NOTES – 8

José d'ENCARNAÇÃO*

Reflecte-se sobre quatro monumentos epigráficos romanos já publicados: um altar dedicado por *vicani* a I. O. M.; uma estela decorada do Nordeste transmontano; o sedutor grafito achado no ano de 2013 em *Olisipo*; e a estela esculpura CIL II 5255. Veja-se também a síntese apresentada no final do texto.

Palavras-chave: *vicani*, Júpiter Óptimo Máximo, grafitos, escultura romana.

Complementary reflexions on four epigraphic Roman monuments from the western *Hispania*: a Lusitanian altar dedicated by *vicani* to I. O. M.; a stele with low reliefs from the Northeastern Portugal; the graffito found at *Olisipo* in 2013; and CIL II 5255. See also second abstract at the end of this paper.

Keywords: *vicani*, *Iuppiter Optimus Maximus*, Roman *graffiti*, Roman sculpture.

1. *Vicani* e Júpiter

Paulatinamente têm sido descobertas novas aras dedicadas por *vicani* a Júpiter Óptimo Máximo.

Confirma-se, desta sorte, a ideia, comumente aceite, de que os indígenas procuravam mostrar a sua adesão ao novo conceito polí-

* Universidade de Coimbra.

Correspondencia: Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Universidade de Coimbra. Rua Eça de Queirós, 89 – Pampilheira. P-2750-662 Cascais. Portugal.

e-mail: jde@fl.uc.pt

tico–religioso trazido pelos Romanos: a veneração ao deus maior do panteão alheio, fonte de progresso e veículo de poder. Mostrava-se, por outro lado, uma clara vontade de afirmação local: era a mais pequena organização social, ainda que identificada à maneira latina, a população do *vicus*, que fazia questão em perpetuar a sua identidade.

Essa dupla e aparentemente contraditória manifestação — de submissão e de autonomia — não tinha dúvida em adoptar o modelo romano, consubstanciado na forma (altar) e na expressão (o latim nas palavras e nas fórmulas).

Compreender-se-á quão relevantes são esses documentos epigráficos para o estudo do momento primordial da aculturação: há, nos antropónimos, a latinização do nome autóctone; há, nos etnónimos, naturalmente desajeitada latinização da nomenclatura pré-existente. Relevantes, sim; difíceis, no entanto, de entender na sua plenitude, uma vez que, na maior parte dos casos, apenas um documento subsiste e tudo se desconhece, afinal, acerca da organização político–social que os Romanos vieram encontrar e respeitaram.

Paradigmático, como já se sublinhou, o caso dos Cobelcos. O achamento em Almofala, por Helena Frade e José Carlos Caetano, do altar fundacional, praticamente no seu local de erecção, possibilitou a identificação do sítio como sendo a *civitas* do seu habitat (FE 266) e explicou, por seu turno, a dúvida que até aí subsistira sobre o verdadeiro significado do antropónimo *Cobelcus*: o de Marialva, filho de *Flaccus* (FE 46), o *Modestus Ambati f(ilius) Cobel(cus)*, de Figueira de Castelo Rodrigo (CIL II 433), e o *Martialis Oclati f(ilius) Cobelcus*, identificado em Mérida (HEp 3, 1993, 95).

Discutir-se-iam, desde logo, questões de linguagem: ¿que se deveria entender, aqui, por *civitas*? ¿Estaríamos, afinal, perante mero sinónimo de *vicus*?

Também por aí, creio, se logrou chegar a um consenso interpretativo: havia uma realidade orgânica, que as mais diversas razões (políticas, económicas, religiosas, sociais...) haviam contribuído, na sua totalidade, para fomentar e consolidar. Impôs-se a adopção de um nome,

gerador, ele próprio, de um cimentar de comunidade. Escolheu-se um ou outro, *civitas* ou *vicus*, sem que lhes houvesse sido atribuído um estatuto específico.

Assisti, há dias, a um espectáculo musical caracterizado por sonoridades inteiramente novas e os críticos de imediato as quiseram classificar, tendo-se apontado o termo «neo-clássico» (e não ‘neoclássico’, para evitar confusões com a terminologia consagrada para designar o movimento estético do século XVIII e XIX), porque — argumentava-se — a raiz clássica estava lá, as sonoridades é que eram outras. Pode ser que o termo seja aceite. Assim poderá ter acontecido no momento do encontro entre romanos e populações pré-existentes já organizadas: escolheu-se um nome, soou bem, aceitou-se, mesmo sem se ter uma ideia clara acerca do verdadeiro conteúdo que, inclusive, só mais tarde virá a ser clarificado e, eventualmente, aceite.

Esta série «Apostilas epigráficas» visa, como o nome indica, apresentar algum complemento ao estudo já feito de monumentos com algum significado, sem a intenção, no entanto, de ser ‘mais uma’ interpretação e, sim, a de contribuir modestamente para o seu esclarecimento e relevância histórica. As considerações atrás exaradas prendem-se com um desses casos, de que ora me vou ocupar: o altar encontrado por Francisco Sande Lemos (era então Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte) dentro da igreja matriz de Carrazeda de Ansiães; disseram-lhe, porém, que, em data que não lhe souberam precisar, o monumento tinha sido encontrado no povoado romano sito em Mós, freguesia de Pombal, desse concelho de Carrazeda de Ansiães, distrito de Bragança.

Corrija-se, desde já, RAP 340, onde se dá proveniência errada, que assim passou para HEp 4, 1994, 1016 e, também, para EDCS-21700638.

Essa constitui, de facto, a primeira referência escrita a essa ara de granito, com a seguinte leitura:

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / VICANI / CABR(*icenses*?)

José Manuel García indica que estão em nexos as letras CANI e, para ele, é de identificação duvidosa a letra inicial do etnónimo, confes-

sando: «Apesar de ela estar bastante afectada não vislumbramos outra hipótese para interpretar os traços existentes» (p. 403).

Em HEP 4 1016 já só se indica que o nexu é de ANI.

Também Jorge Alarcão foi informado verbalmente da descoberta desta epígrafe. A ela se refere, por conseguinte, em 2/96 (p. 44 do fascículo 1 do volume II do seu *Roman Portugal*). Explicita que a ara surgiu por ocasião da «realização de obras no interior da igreja matriz», dá como leitura IOVI/O M/VICA/LABR e acrescenta: «Aparentemente, temos aqui testemunho de um “vicus” que oficialmente consagrou uma ara a “Iuppiter Optimus Maximus”». Anote-se que a informação relativa às obras no templo sugeriu que a pedra estivesse incorporada nalguma das paredes, o que, como atrás se disse, não corresponde à realidade.



Fig. 1 – Ara de uns vicani a Júpiter. Foto de Francisco Sande Lemos.

Do adro da igreja de S. Salvador de Ansiães (intra-muros da vila amuralhada de Ansiães), onde foi fotografada (é a fotografia, excelente, que ora se reproduz [Fig. 1], a partir de *Hispania Epigraphica*), a ara viria a integrar a exposição feita no castelo de Ansiães, aquando da visita presidencial de Mário Soares, a 22 de Fevereiro de 1987; está actualmente no CICA — Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães, segundo amavelmente me informou o Dr. Orlando Sousa.

A razão de a incluir neste estudo prende-se não apenas com as correcções atrás apresentadas mas também porque é possível ter outra leitura e importa relacionar este documento epigráfico com a ocupação romana da região.

Em primeiro lugar, a leitura:

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / VICANI / ZABR[...]

A Júpiter Ótimo Máximo — os vicanos Zabr...

Creio poder afirmar que se vê o I no final da linha 3, pelo que o nexa é, apenas, o vulgar NA. Quanto à letra inicial do etnónimo, compreende-se que se haja hesitado na leitura Z, dada a raridade com que este fonema aparece e a sua habitual correlação com ambientes em que o grego seja a língua dominante. Não se encontra palavra que comece por *zab-*, pelo que a explicação possível é que a população tivesse mesmo dificuldade em tornar explícito o seu nome através dos caracteres latinos; afigura-se-me que poderia haver mesmo um Z ali grafado com o corte mediano oblíquo, cursivo. Não sendo esta forma registada por Battle (p. 17, fig. 25), torna-se aliciante pensar que, perante a dúvida, suscitada quicá pela insólita pronúncia difícil de transpor para a nomenclatura latina, o lapicida tenha optado por gravar algo de insólito também.

Caso não venha a encontrar-se outro documento elucidativo, manter-nos-emos, portanto, na ignorância da identificação específica destes *vicani*. Em todo o caso, há, todavia, uma reflexão a fazer, tendo em conta a registada proximidade de outros etnónimos. Assim, como Francisco Sande Lemos teve ensejo de me referir, em 4 de Março de 2005, «a relevância do assunto é tanto maior quanto temos um outro possível *vicus* (*Tiria* ou *Liria*) na Senhora da Ribeira, também do termo de Carrazeda de Ansiães, e muito próximo a inscrição de Vila Maior, no concelho de Torre de Moncorvo». Também em ambos os casos há dúvidas quanto à identificação dos topónimos ou etnónimos: no primeiro caso (HEpOL nº 7641), tem-se lido *Tutela Liriensi* [vel *Tiriensi*]; no segundo, a uma primeira leitura, dubitativa, ILEX[...] [Fig. 2], seguiu-se, de certo modo para correlacionar com a citada *Tutela*, LIR[...], *Liriensis*, o que permitiu supor aí a localização de um *vicus Liriensis* (HEp 17 2008 nº 219). O editor de AE 2001 1209, que data o monumento da 1ª metade do século I d. C., escreve:

«No final, parece preferível ler *LI EX*, em vez de *ILEX*, atendendo à fotografia (o X quase não figura nos antigos topónimos da região); não teríamos aí o nome dos habitantes mas somente a fórmula final, como por vezes acontece quando a dedicatória se concretiza no próprio *vicus*, cujo nome é de todos conhecido: por exemplo, *li(bentes) ex / [uot(o) p(osuerunt)]*».

Mesmo sem ter em conta os epítetos das divindades indígenas, designadamente de *Banda* ou de *Cosus*, dir-se-á que se torna sintomático verificar que: em Fiães, do vizinho concelho de Valpaços, a I. O. M. os *vicani Vagornicenses* [?] consagram uma ara (HEpOL 6708); em Amarante (já no distrito do Porto) vemos idêntica atitude por parte duns *vicani Atucause[nses]* (HEpOL 12 604); em Coriscada (Meda), no bem chegado distrito da Guarda, os *vicani [...goaboaic(enses)* veneram o deus maior romano (HEpOL 18 512)...



Fig. 2 – Ara de Torre de Moncorvo. Foto de Susana Bailarim.

Sistemáticas dúvidas em relação à grafia dos adjectivos identificativos confirmam que o grau de alfabetização, digamos assim, da população indígena não se pautava ainda pelos mínimos da latinidade. O facto de — como aqui — a palavra não estar completa significa que todos a compreendem, como o editor de AE assinala, na sua totalidade.

Compreende-se que seja perturbador nós desconhecermos, hoje, esses nomes e tal nos alicie a procurar ver, quer através dos vestígios arqueológicos quer pela semelhança com a toponímia actual, onde poderiam localizar-se. Reconhece-se, aliás, que Jorge Alarcão, atendendo ao tom geral interrogativo das suas observações sobre os *vici* do Alto Douro (2008, p. 107–109),

partilha, no fundo, dessa opinião: «Estas considerações linguísticas são provavelmente ociosas», escreve. Estamos de acordo.

Ao estudar a panorâmica, então conhecida, das referências a *vici* e a *pagi* na Hispânia, Leonard Curchin conclui (1985, p. 343) que «in terms of activity, the vici are most often attested making religious dedications to indigenous gods», opinião que já não manterá, atendendo às dedicatórias a Júpiter Ótimo Máximo, mas também estas confirmam que os nossos conhecimentos acerca da existência de *vici* repousa fundamentalmente nos ex-votos que erigiram. Depois de verificar que há preponderância de *vici* «in the Celtic areas of the Peninsula», o que, em seu entender, «undoubtedly accounts for the partial resemblance to their northern cousins», ou seja, da Gália, salienta Curchin que «the rural *vici* probably perpetuate pre-Roman villages». Eu retiraria o «probably»: essas dedicatórias documentam, na verdade, a existência de aglomerados populacionais pré-romanos. Acrescento: a sua relativa abundância — e focar-me-ia expressamente na área em apreço — atesta quanto terá sido difícil para os Romanos gerir todas essas autonomias locais. Este é, a meu ver, um aspecto a ter na devida conta. Se até os respectivos nomes eram difíceis de pronunciar e de escrever!...

2. *Iullio*

E vamos manter-nos nessa região do Nordeste transmontano, porque me dei conta de que, embora referida, ainda mais se poderia acrescentar a propósito da pequena estela que, com o nº de inventário 2005.97.1, se guarda no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Em Janeiro de 2006, o Doutor Fernando Coimbra facultou-me a fotografia [Fig. 3] — porque se encontrava a preparar a tese de doutoramento sobre a suástica, que viria a defender, em Salamanca, no ano seguinte, e essa estela apresenta no topo um «tríscele ou uma suástica flamejante» — e perguntava-me se eu saberia a sua procedência, porque estava oficialmente indicada como de «proveniência desconhecida». Incluiu-a, naturalmente, no seu catálogo, sob o nº 148 (p. 435), com proveniência dubitativa de Miranda do Douro, atendendo ao número de estelas com essa decoração daí procedentes, e inseriu na p. 115 do II volume (p. 115) a fotografia que me facultara:

«Pequena lápide de mármore, com cabeceira semicircular, onde se observa um possível trísceles dextrorso, inserido num círculo. Mais abaixo existem duas cartelas [...] sendo a mais estreita anepígrafa e contendo a mais larga a seguinte inscrição:

D(iis) · M(anibus) · / VAL · / O ».



Fig. 3 – Pequena estela de *Iulius*. Foto de Fernando Coimbra.

Acrescenta, na nota 137, que, sendo «uma peça de dimensões muito mais pequenas que o habitual», esse facto, «juntamente com a inexistência de indicação da idade do defunto, estando a inscrição completa, leva-nos a colocar a hipótese de se tratar do epitáfio de um bebé».

Pedi a colaboração de duas das técnicas superiores do Museu Nacional de Arqueologia — as dras. Ana Isabel Palma Santos e Luísa Guerreiro —

ro — que prontamente me facultaram os dados que sobre o monumento existiam em arquivo, o que mui penhoradamente agradeço.

Figuram na Matriz as seguintes dimensões (em centímetros): altura, 36; largura, 17; espessura, 7. Assinala-se «um restauro antigo na área superior, ocupando parte do topo até ao início».

A leitura de Fernando Coimbra foi influenciada por mim, porque a foto me sugerira, de facto, o nexu VAL, uma vez que, à primeira vista, poderia haver, inclusive, um E mais pequeno, no final da linha. A fotografia de pormenor que Luísa Guerreiro teve a gentileza de fazer [Fig. 4], confirmou claramente a leitura que de seguida se dá, na ficha de inventário:

D(iis) · M(anibus) · / IVLLI/O

«Aos deuses Manes. A Júlio.

Altura das letras: l. 1: 2,5; l. 2: 2,2/2,5 (I = 2,1); l. 3: 2.

Gravação com goiva. Pontos circulares fundos. M largo; V bastante aberto; travessões do L levemente obliquado para baixo; o segundo I, mais pequeno, com o vértice inferior acima do travessão do L para aproveitar espaço; O não perfeitamente circular, dada a dificuldade da gravação.

A grafia com dois LL, a que pode aliar-se a circunstância de ao defunto ter sido dado nome que é um gentilício denota incipiente domínio da linguagem epigráfica e denuncia manifesta predilecção por um antropónimo que, por ser o da família imperial, estaria de moda e exerceria natural fascínio junto da população indígena.

Não é excepcional a adopção de *Iulius* como *nomen* para nome único: veja-se o mapa 158 do *Atlas Antroponímico da Lusitânia Romana*. Também outros exemplos há, na Hispânia, da grafia deste vocábulo com dois LL: *Iullia Modesta*, num ex-voto à divindade Endovélico (HEpOL 23 794); o cidadão romano *M. Iulius Crescens*, de Torres Vedras (HEpOL 21 374); *Iullius Gracilis*, de Puebla de Trives, na Galícia (HEpOL 8352); ou *Iulius Auctillus*, de Valeras (HEpOL 6733)...



Fig. 4 – Pormenor da epígrafe da Fig. 3. Foto de Luísa Guerreiro.

Não deixa de ser sedutora a hipótese de Fernando Coimbra de estarmos perante o epitáfio de uma criança; mas nada se poderá adiantar a esse respeito, inclusive porque, de um modo geral, quando há epitáfios de crianças, os pais não escondem a sua tristeza mediante a especificação, por exemplo, da tenra idade em que o filho faleceu. Dado, na verdade, o singular diminuto tamanho da epígrafe, não será essa uma hipótese descabida, mormente se atentarmos no facto de o nome vir em dativo, como que a simbolizar a homenagem que desta maneira se faz, e a sublinhar que mais ninguém será sepultado ali.

Resta-nos, por conseguinte, esclarecer o que pode dar alguma pista acerca da proveniência do monumento, que (dubitativamente) Fernando Coimbra integrou no conjunto achado no concelho de Miranda do Douro, atendendo às afinidades estéticas.

Passou o Abade de Baçal, Padre Francisco Manuel Alves, para publicação n'*O Archeologo Portuguez*, os apontamentos de âmbito arqueoló-

gico que o major Celestino Beça deixara. Ora, em relação a Bemposta, freguesia do concelho de Mogadouro, escreve-se que, no castro de Oleiros, se identificou «uma necrópole aonde se encontraram 11 lápides funerárias, uma está na varanda do abade, Buraco dos Mouros» (p. 102). Curioso é verificar que, na página seguinte (103), se lê: «Lápide em casa do abade da Bemposta colocada ao lado direito da escada da varanda. Apareceu no Castelo de Oleiros com mais dez. Vestígio de casas com telhas de rebordo». Creio ser bem possível interpretar esta repetição como sendo a legenda do desenho [Fig. 5] que constava do manuscrito, reproduzido na p. 102 e que representa a epígrafe em questão, a única a que Celestino Beça tivera acesso. Por conseguinte, terá sido daí, do castro de Oleiros (Bemposta, Mogadouro), que o epitáfio de *Iulius* proveio.

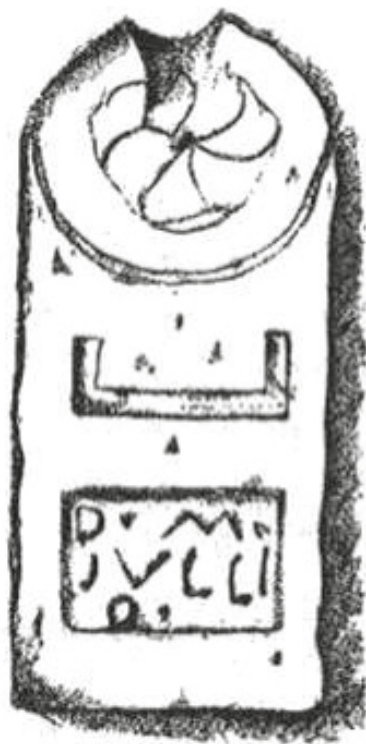


Fig. 5 – Desenho da autoria de Celestino Beça (inserto n.º O AP).

3. Pauper

Publicaram Jorge Parreira e Marta Macedo, da empresa ERA — Arqueologia, o relatório dos «trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento do Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I, em Lisboa», entre Janeiro e Março de 2013, no canto noroeste da referida praça, onde se identificara «um contexto romano, directamente sob a grande maré do século XVII aqui descoberta, tratando-se provavelmente de uma área de fundeadoiro».

Referem os autores como sendo «um dos achados mais relevantes» o «fragmento de bojo, provavelmente de um potinho, no qual foi

desenhado um longo grafito». Leram, na l. 1, PAVPIIRI, equivalente a PAVPERI (como muito bem assinalaram), adiantando não ser possível «uma leitura segura da segunda linha» (p. 749). É apresentado desenho — «ACH. 9 (p. 754)» — e foi-me facultada a fotografia, que com a devida vénia aqui se reproduzem [Fig. 6 e 6a].

Leitura: PAVPIIRI[...]/S VIRIIS AVT PO[...]

Gravadas com goiva, após a cozedura, as duas linhas que restam do grafito apresentam-se muito bem delineadas, sendo possível até apercebermo-nos da pré-existência de ténues linhas auxiliares. O **P** — aberto — é de fino recorte; **A** também aberto, de hastes que não chegam a tocar-se no vértice; **V** de módulo mais pequeno; **E** grafado com dois II, opção normal em grafitos; **R** feito a partir do **P**, elegante. Na l. 2, creio possível ver a parte superior de um **S** e, depois, IR em nexos; de novo, **E** grafado com dois II; o **S** muito oblongo; a barra do **T** pode ter coincidido com a linha auxiliar.



Fig. 6 – Desenho do fragmento com parte de um grafito. De ERA — Arqueologia.



Fig. 6a – Fotografia do potinho com o grafito. De ERA — Arqueologia.

Concordo: é achado relevante, porque, na verdade, também se me afigura que a única leitura plausível da l. 1 é a da palavra *pauperi*. Se o S inicial da l. 2 constitui o final dessa palavra, teríamos, nesse caso, o plural: *pauperibus* ou, menos provavelmente, o genitivo *pauperis*. Aparentemente, não padece dúvida o significado do vocábulo: trata-se de *pauper*, «pobre», substantivo comum ou adjetivo. É raro, como se

compreende, o seu uso como antropónimo, embora dê a impressão que poderá ter sido ‘moda’ na *Regio X* itálica, onde encontrámos, por exemplo, um *C. Petronius Pauper* (CIL V 1333 — Aquileia) e um *L. Iunius Pauper* (CIL V 3290 — Verona).

Na documentação epigráfica romana, o vocábulo surge, habitualmente, num contexto de benemerência, de louvor a quem, durante a vida, teve atenção para com os pobres, o que se torna mais comum em ambiente cristão. Do jovem *Aper* se diz, num epitáfio métrico de Tarraçona, que viveu pobre e foi solícito para com os amigos: «*pauper vixisti fuisti pronus amicis*» (HEpOL Reg^o n^o 19 623). A frase constante do grafito de *Olisipo* pode, à partida, começando por «ao pobre» ou «aos pobres» ter duas conotações: uma, humorística, em que se brinque com a condição de pobre; outra, sentenciosa, em que se ponha, como quem diz, «o dedo na ferida», ao sublinhar a tristeza dessa condição. A eventual junção da palavra *vires*, «forças», a *pauperis* ou *pauperibus* seguida de *aut* («ou») sugeriria que a bebida ou o conteúdo do potinho até ao(s) pobre(s) poderia trazer forças ou outro recurso vital para quem o saboreasse...

Porventura uma observação mais atenta do que resta do grafito e, de modo especial, da possível comparação com algum texto literário que consigne essas ideias poderá vir a trazer nova luz a este bem singular grafito. Em todo o caso, confirma-se, sem lugar para dúvidas: é um «achado relevante», a documentar, qualquer que seja a interpretação que vier a dar-se-lhe, um grau de cultura não despreciando.

4. CIL II 5255

De excelente apresentação gráfica, o livro, da autoria do saudoso João L. Inês Vaz, sobre a cidade e o território da actual Lamego na época romana detém relevância que sempre cumpre dar a uma obra de síntese, sobretudo se realizada por quem de há muito calcorreou o território em demanda dos traços da Antiguidade.

Depois de se referir a «alguns povos da Lusitânia», a atenção vai para os Coilarnos, que localiza em Lamego, cidade de que se analisa o nome, o urbanismo e os vestígios romanos, com especial destaque para as esculturas (p. 39–46).

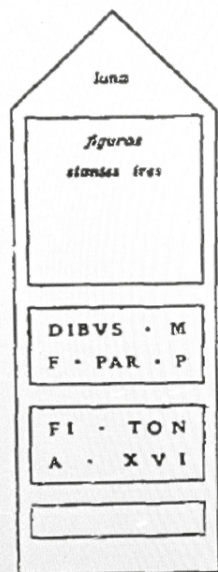
Foram, todavia, as epígrafes (5 de Balsemão, 11 de Lamego e mais 3 do termo lamecense) que mais o interessaram, dada a sua formação cumprida na escola de Coimbra.

Não lhe foi possível rever pausadamente esse texto, mormente se tivermos em conta as dificuldades que algumas das inscrições realmente apresentam. É o caso da estela de Penude (p. 96–97), que tem no Museu de Lamego o nº de inventário 585. Embora conhecida de há muito, merece, em meu entender, mais pormenorizada referência.

4.1 Panorâmica dos estudos feitos

Emílio Hübner (CIL II 5255) [Fig. 7] obteve informação do monumento por intermédio de Martins Sarmento a quem o director do Museu de Lamego enviara o respectivo decalque. Dá conta de que fora

5255 Quintella de Penudo, chiliom. 7 a Lamego, versus meridiem et occidentem, servindo de padieira n'um casebre do proprio individuo, que a achava muito próximo d'alli, cippus altus m. 4.32, latus 0.45, fastigiatus, litteris bonis, altis m. 0.05 ad 0.06 saeculi, ut videntur, primi.



Descripsi ex ectypo, quod misit Sarmento, qui a musei Lamecensis praefecto acceperat delineatam; Figueiredo *Rev. archeol.* II 4888 p. 172.

Lectio est certa omnino; fortasse significat *dibus M(anibus); f(ecerunt) par(entes) p(io) f(ilio) Ton(getamo?) a(nnorum) XVI. V. 2 F(lavii) Par(ati) f(ili) Ton(getami)* Fig. minus probabiliter.

Fig. 7 – Cópia da ficha de CIL II 5255.

encontrado na Quintela de Penude, ou seja, a 7 km de Lamego, para sudoeste, ‘servindo de padieira num casebre do próprio indivíduo que a achara muito próximo dali’. Borges de Figueiredo (1888, p. 172) admitirá, erradamente, que estava nas muralhas do castelo de Lamego. Acrescenta que as letras — «boas» — lhe parecem ser do século I («saeculi, ut videntur, primi»).

Declara que o texto se lê bem e adianta a seguinte hipótese de interpretação («fortasse significat»): *dibus M(anibus); f(ecerunt) par(entes) p(io) fi(lio) Ton(getamo?) a(nnorum) XVI*. Em sua opinião, é *minus probabiliter* a sugestão interpretativa de Figueiredo *F(lavii) Par(ati) fi(lii) Ton(getami)*.

O monumento [Fig. 8] não passou despercebido a Leite de Vasconcelos, que lhe alude no vol. III das *Religiões da Lusitânia*, na secção III (culto dos mortos) e no capítulo das «insculpturas symbolicas». Por isso, a sua atenção vai para a decoração patente na fig. 239, retirada de Borges de Figueiredo, que estilizadaamente mostra a estela: «Na fig. 239.^a há três pessoas de pé, — uma central, nua, ou de túnica, e duas laterais, de amplas roupagens: interpreto aquela como representação do defunto, que contava 16 anos de idade, e estas como representação dos pais» (p. 455–457).

Teve João Vaz particular carinho, diríamos, por este monumento, pois o escolheu para ilustrar a capa do *Breve Catálogo das Inscrições Romanas de Lamego*, separata autónoma do artigo que publicara, em 1982, na revista *Beira Alta* e que pôde servir, desta sorte, como catálogo da exposição temporária patente no Museu de Lamego, em Outubro–Dezembro de 1983.



Fig. 8 – Estela com baixo-relevo. Foto gentilmente cedida pelo director do Museu de Lamego: © MC – DRCN – Museu de Lamego. Fotografia de José Pessoa.

É o n.º VI desse catálogo (p. 12). João Vaz retoma, em parte, o que Borges de Figueiredo preconizara, mas dá uma versão diferente. Assim, para ele, F(*lavius*) PAR(*atus*) P(*arati*) (*filius*) terá mandado lavar o monumento para um filho Tôngio ou para uma filha, de nome Tôngia ou Tongeta.

Assinala a presença no «frontão triangular» do baixo-relevo a representar «a lua», «símbolo astral». Pergunta se deverá aceitar-se a hipótese de interpretação das figuras adiantada por Leite de Vasconcelos: e conclui: «Há um uso grande de abreviaturas, pelo que se torna difícil uma interpretação completa. No entanto, a que indicamos parece-nos a mais lógica».

Esta sua interpretação será incluída em AE 1983 480, cujo editor comenta:

«Preferiríamos regressar a uma versão próxima, mas não idêntica, da proposta pelo CIL: *Dibus M(anibus) / f(ecerunt) par(entes) p(iissimo ou io) / fi(lio) Ton(cio) / a(nnorum) XVI*. Retemos *Toncio* em vez de *Tongetamo* indicado por Hübner».

No livro de 2007, a que começámos por nos referir, João Vaz trata do monumento nas p. 96–97. Retoma (tendo deixado escapar duas gralhas) a leitura anterior e faz comentários sobre a distribuição dos nomes com o radical *Flav-*; nada diz sobre a eventual presença do *cognomen Paratus*.

Em HEpOL n.º 22 048, a leitura é: *Dibus(!) M(anibus) / f(ecerunt) par(entes) p(io, -iissimo?) // fi(lio) Ton[– –] / a(nnorum) XVI*. Em EDCS–05600554, a versão é idêntica, uma vez que só é posta a hipótese *p(iissimo?)*

Sob o n.º 205 (p. 416) e o título «estela de *Tongeta*», Luís Jorge Gonçalves faz uma ficha pormenorizada da peça; na bibliografia, refere, por distração, Hübner 1869, quando é só no suplemento do CIL II, datado de 1892, como vimos, que a epígrafe é mencionada; e segue a interpretação de Vaz 1982, p. 12 (ou seja, segue a paginação do catálogo, mas atribui-lhe data errada):

DIBVS M(anibus) / F(lavius) PAR(atus) P(arati) (filius) / F(ilio)
vel F(iliae) TON(gio) vel TO(giae) [sic] vel TON(getae) / A(nno-
rum) XVI (sedecim).

Descreve pormenorizadamente o modo como as figuras estão esculpidas, em baixo-relevo (p. 416); concorda com a interpretação de Leite de Vasconcelos — o defunto na figura central, ladeado pelos pais; e tece, na p. 417, considerações especificamente escultóricas que, por isso, nos interessam. São, em seu entender, «representações estáticas», que evidenciam «uma plástica tosca ao nível da figuração». Se assim se patenteia o amor dos pais pelo filho, há um pormenor sugestivo: «os pais escondidos a observar o filho a andar, o que confere dinâmica à cena». Se o artista revela «um perfeito domínio do espaço da estela» e sabe trabalhar o granito, o certo é que as figuras assumem um «estilo infantil», são captadas na sua essência, simbolicamente.

Verifique-se que, apesar do título — «estela de *Tongeta*» — Luís Jorge Gonçalves fala sempre de ‘filho’, no masculino.

4.2 Propostas de reflexão

No que respeita à decoração, a primeira ideia que me ocorre é o paralelo passível de encontrar-se na Roma republicana nos epitáfios de libertos, em que estão representados pai e mãe a olharem, de certo modo embevecidos, para o filho. Salienta Georges Fabre — que estudou pormenorizadamente o meio dos libertos nessa época (1981) — como desta forma se manifesta a ternura dos progenitores para com o filho que vai poder ser cidadão (*ibidem*, p. 204–206 e fig. 46). Não se duvida que igual ternura estará patente no monumento de Penude. O filho — trata-se, sem dúvida, duma representação masculina e o facto de estar sem roupa foi o estratagema usado pelo canteiro para melhor conseguir essa frustrada representação — ainda que ligeiramente inclinado e, aparentemente, de braços apoiados nas ancas, tem cabeça maior que a dos pais, para se assinalar que é ele a personagem principal. Do pai foi representada a cabeça à esquerda do filho e imagina-se o corpo na superfície que não foi desbastada. A cabeça da mãe, à direita, é maior, porque se pretendeu mostrar o penteado, mas também lhe foram rasgados os olhos e, quase imperceptivelmente, a boca; terá a

maior amplitude da superfície por trabalhar a intenção de simular a sua ampla veste, não sendo de todo inverosímil que a espécie de 'janela' que nela se abre pretenda mostrar parte da perna. Apesar da imperícia, não pode negar-se que é cena plena de ingenuidade. Não creio, todavia, que houvesse, por parte do 'escultor', a preocupação em esconder os pais ou, sequer, de os deixar em segundo plano, porque — numa circunstância destas — o importante é mesmo mostrar a família toda.

Por cima dessa cartela, no frontão, um crescente, também em relevo, de pontas para cima, todo ele da mesma largura; sem preocupações, portanto, de qualquer realismo. Desde Cumont que se aceita a ideia de que a Lua foi pelos Antigos considerada a «morada dos mortos»; daí a sua frequente representação nos monumentos sepulcrais.

Em meu entender, cumpre reflectir sobre o mais verosímil significado da epígrafe dentro do referido contexto figurativo. Assim, PAR não pode ser senão a abreviatura de PAR(*entes*), sendo absolutamente de excluir um *cognomen Paratus*, que tem um sentido demasiadamente erudito para o ambiente indígena em que nos movemos: *Paratus* significa «preparado» e, no conjunto do CIL, não chega a 50 o número dos testemunhos (Kajanto, p. 260) e em ambiente urbano, segundo pude aperceber-me ao compulsar os registos de EDCS.

A forma *Dibus* por D(*iis*), esta seguramente mais erudita, não é estranha, sendo comum, de modo específico, na expressão *Dibus Deabusque*, quando se pretende abarcar a totalidade dos númenes protectores dum local.

O que mais tem perturbado a interpretação da epígrafe é a 3ª linha, onde FI não pode ser senão a abreviatura de FI(*lio*) e TON a identificação do defunto.

Não me repugna, antes compreendo — atendendo à dor dos progenitores —, a repetição da palavra filho, como quem acentua: «É o meu filho que repousa aqui, é ele mesmo!».

Quanto ao nome, porventura teremos de encarar doravante as inscrições mais como eco da vida real do que como eco de fórmulas estereotipadas. Há fórmulas estereotipadas, não se nega; mas, além dessas,

disponíveis e disponibilizadas nas oficinas epigráficas, há as que saem do cotio e brotam, ia a escrever, «do coração», ou seja, da emoção sentida. Recordaria um epitáfio dos nossos dias, o de Sandra Isabel, falecida com 3 anos incompletos (1974–1977): a frase saída «do coração» — «Anjo adorado, Deus te guarde no Seu seio como nós te guardamos no nosso coração» — vem completada com a estereotipia proposta pelo canteiro: «Infinitas lágrimas de seus pais e irmã». Inclusive, uma com o tratamento por «tu» (**te** guardamos) e outra impessoal, na 3ª pessoa (**seus** pais). Não creio que andarei, pois, longe da verdade, ao aceitar a repetição aparentemente escusada da palavra «filho»: é uma redundância necessária para acentuar o sofrimento.

E a razão deste raciocínio prende-se com o que atrás realcei: a necessidade de se encararem, doravante, as inscrições também como eco da vida real — que, ao tempo dos Romanos, não seria, bem no sabemos, muito diferente da dos nossos dias, no âmbito familiar e afectivo. Assim, pergunto: ¿que nome se dará a um jovem de dezasseis anos? ¿Não é normal, em nossas casas, o uso do diminutivo? ¿Porque não o terá sido, então, na época romana? De facto, não creio que se esteja a ter em conta esse facto e, daí, que a minha interpretação das letras TON desta epígrafe seja a de que se trata precisamente do **diminutivo** por que o defunto era conhecido. Não adianta discutir se será *Tongus*, *Tongius*, *Tongetamus*!... Era... *Ton*!

Explicação «engenhosa», dir-se-á. É-o, concedo; muito me agradaria, contudo, que o raciocínio a ela subjacente pudesse vir a ser futuramente ponderado em casos semelhantes.

Nessa lógica, a minha interpretação é a seguinte:

DIBVS · M(anibus) / F(ilio) · PAR(entes) · P(osuerunt) / FI(lio) ·
TON · / A(nnorum) · XVI (sedecim)

Aos deuses Manes. Os pais puseram ao filho. Ao filho Ton, de 16 anos.

5. Síntese

No final de mais este grupo de apostilas, permita-se-me que realce o que, em meu entender, de mais significativo se logrou despretensiosamente apurar.

5.1 Quanto à ara dedicada por uns *vicani* a Júpiter Ótimo Máximo, acentuaram-se três aspectos:

- a) a escolha da divindade maior dos Romanos prende-se com a vontade de as comunidades indígenas demonstrarem desta forma o seu compromisso perante a autoridade oficial, do imperador, segundo os parâmetros oficiais — os tipológicos (altar) e os formais (em latim);
- b) a menção do nome e da sua categoria de *vicani* acentua, por outro lado, a vontade de claramente mostrar a sua identidade, que se pretende manter;
- c) do ponto de vista epigráfico, não vale a pena insistir em tentar descobrir etimologias ou paralelismos linguísticos, porque é evidente serem as designações dos *vici* deveras rebarbativas e incompreensíveis para o lapicida que as deveria inscrever na pedra — como o são hoje para nós; e quiçá também por isso amiúde se optou pelas abreviaturas, quer porque se sabia o seu significado, quer porque se desconhecia a forma correcta de as escrever.

5.2 No que se prende com a pequena estela do Nordeste transmontano, além de ser mais um testemunho do tipo de decoração daquela área epigráfica já bem conhecido, não se desdenha a hipótese de o seu exíguo formato poder estar relacionado com a tenra idade do defunto, aspecto que, embora não passível de ser generalizado, pode, de quando em vez, ser procedente.

A atribuição de um *nomen* latino — corrente na época, pois estaremos decerto perante monumento dos primórdios do século I da nossa era — como nome único, quando seria de esperar o recurso a um antropónimo de significado concreto, não sai do que é normal na Hispânia.

A grafia *Iullio*, errada para nós, explica-se pelo incipiente grau de alfabetização, pela vontade de ser mais fiel a um tipo de pronúncia em que o L mais se arrastasse ou, ainda, por mera distração do lapicida, que, estando a desenhar as letras uma a uma antes de as gravar, se esqueceu de que já desenhara o L.

5.3 O grafito de *Olisipo* — independentemente do que se lograr vir a decifrar mais — justifica, mais uma vez, a atenção que se está a dar aos grafitos, porque, ecos de uma espontaneidade fugaz, retratam um estado de alma ou são anotação concreta a ter em conta no quotidiano de então. Pouco a pouco se descobrem também grafitos que vão mais além, sintomas de uma cultura que não alcança — ou pode alcançar! — os eruditos requintes da literatura. Um grafito, como este, que começa por «ao pobre» excita a imaginação: ¿pública recriminação ou mui sedutora ironia?

5.4 Aventurei-me na revisão de CIL II 5255 e os resultados trouxeram novidades. Em primeiro lugar, por assim ter sido possível corrigir alguns lapsos e contradições. Depois, na interpretação das figuras, uma vez que não é nada frequente, na epigrafia da Lusitânia ocidental, a representação do filho e dos pais que choram o seu prematuro falecimento e estamos perante uma estela que não foi analisada apenas do ponto de vista epigráfico, mas integrou o *corpus* da escultura da Lusitânia. Em terceiro lugar, porque foi possível apontar dois aspectos que se revelaram fora do comum e que poderão pautar, de futuro, a explicação de textos semelhantes. Refiro-me à repetição de palavras (neste caso, *filius*) com a finalidade de acentuar um sentimento (a dor dos pais); e, de modo especial, à possibilidade de, também em tempo de Romanos, o **diminutivo** poder figurar nas epígrafes.

Enfim, terão cumprido as apostilas o objectivo para que as pensei.

BIBLIOGRAFIA

AE = *L'Année Epigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o nº da inscrição].

ALARCÃO (J. de), *Roman Portugal*. 2 vol. Warminster, 1988.

ALARCÃO (Jorge de), «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia — V», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº 1, 2008, p. 103–121.

BATTLE HUGUET (Pedro), *Epigrafía Latina*, Barcelona, 1946. 2ª edição, 1963.

BEÇA (Celestino), «Estudos arqueológicos do major Celestino Beça», *O Archeologo Portuguez* 20, 1915, p. 74–106, Fig.6. [Compilação de F. M. Alves].

CIL II = HÜBNER, E., *Corpus Inscriptionum Latinarum – II suppl.*, Berlim, 1892.

COIMBRA (Fernando), *A Suástica em Portugal e na Galiza desde a Idade do Bronze ao Fim do Período Romano: Problemática da Origem e da Interpretação*, Universidade de Salamanca, 2007.

CUMONT (Franz), *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*, Paris, 1942 [reimp. 1966].

CURCHIN (Leonard A.), «Vici and pagi in roman Spain», *Revue des Études Anciennes* 87, 1985, p. 327–343.

EDCS = Epigraphik Daten–bank Claus/ Slaby, acessível em <http://www.manfredclauss.de/gb/>

FE = *Ficheiro Epigráfico*. Instituto de Arqueologia, Coimbra.

FIGUEIREDO (A. C. Borges de), «Inscrições de Lamego e de Quintela de Penude», *Revista Archeologica e Historica* 2, 1888, p. 170–172.

GONÇALVES (Luís Jorge Rodrigues), *Escultura Romana em Portugal: Uma Arte do Quotidiano*. Série Studia Lusitana, nº 2, Museu Nacional de Arte Romano, Mérida, 2007, p. 416, nº 205.

HEp = *Hispania Epigraphica*, revista editada pela Universidade Complutense de Madrid. Indica-se o número, a data da publicação e o número da inscrição. Existe uma versão *on line* HEpOL: <http://eda-bea.es/>

KAJANTO, Iiro, *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.).

NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) — Bordéus (Ausonius Éditions), 2003.

PARREIRA (Jorge) e MACEDO (Marta), «O fundeadouro romano da Praça D. Luís I», in ARNAUD (José Morais), MARTINS (Andrea) e NEVES (César) [coord.], *Arqueologia em Portugal — 150 Anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2013, p. 747–754.

RAP = GARCIA (José Manuel), *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e Observações às «Religiões da Lusitânia» de J. Leite de Vasconcelos. Fontes Epigráficas*, Lisboa, 1991.

VASCONCELOS (José Leite de), *Religiões da Lusitânia — III*, Lisboa, 1913.

VAZ (João L. Inês), *Breve Catálogo das Inscrições Romanas de Lamego*, separata autónoma do artigo de *Beira Alta* XLI, 1982, p. 497–526, publicada como catálogo da exposição temporária patente no Museu de Lamego, em Outubro–Dezembro de 1983.

VAZ (João L. Inês), *Lamego na época romana, capital dos Coilarnos*, Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, Lamego, 2007.